

Ata nº 2/2015

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e quinze, na sala do Senado da Reitoria da Universidade de Lisboa, pelas nove horas, reuniu o Conselho Geral da Universidade de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação do Balanço Consolidado do ano de 2013, com a inclusão da Faculdade de Arquitetura.
- 3 - Discussão dos pontos nºs 6 e 8 da Ordem de trabalhos, da reunião realizada no dia 26 de fevereiro.
(ponto 6 - Balanço do processo de construção da Universidade de Lisboa) e
(ponto 8 - Cooptação dos membros externos do Conselho Geral, a realizar nos termos do artigo 18.º n.º 5 dos Estatutos da Universidade de Lisboa, para substituição do Dr. Henrique Granadeiro. Dando cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 18º dos Estatutos da Universidade, participam apenas os membros eleitos do Conselho Geral (docentes, investigadores, estudantes e membros do pessoal não docente).
- 4 - Constituição de uma comissão de trabalho, com vista à eventual revisão estatutária.
- 5 - Aprovação da Carta de Direitos e Garantias
- 6 - Aprovação do Código de Conduta e Boas Práticas

Presidiu à reunião a Presidente do Conselho Geral, Dr.^a Leonor Beleza, Estiveram presentes os membros que figuram na lista anexa à presente ata (Anexo 1).

Nos termos do artigo 10.º n.º 2 do Regimento do Conselho Geral, o Conselheiro Professor Doutor Nuno Valério foi designado pela Presidente para a coadjuvar na presente reunião.

1 – Informações

O Reitor informou que os proprietários do edifício situado na esquina nascente do entroncamento da Alameda da Universidade com o Campo Grande querem construir no local um prédio novo para habitação. Para que o prédio não fique cego na fachada poente como o edifício atualmente existente, torna-se necessária autorização da ULisboa, proprietária do terreno adjacente. O Reitor considera preferível a venda de parte do terreno, com 600 m² e avaliado em cerca de 1 milhão de euros, esperando que, na sequência da transação, a CML aprove construção simétrica na esquina oposta, em terreno propriedade da ULisboa e atualmente ocupado pelo Horto do Campo Grande. A transação terá de ser aprovada pelo Conselho Geral em tempo oportuno, mas o Reitor entende ser de recolher desde já opinião para não se suscitar uma situação inconveniente de obstrução tardia ao processo.

Na sequência da apresentação dos elementos existentes sobre o projeto, foram trocadas impressões sobre o assunto, tendo havido consenso em torno da posição de que a situação atual é estética e urbanisticamente má e o projeto parece ser uma clara melhoria, havendo, entretanto, que acautelar a qualidade do seu desenvolvimento e os interesses da ULisboa.

2 – Aprovação do balanço consolidado de 2013, com inclusão da Faculdade de Arquitetura

O Reitor recordou que as contas consolidadas da ULisboa relativas a 2013 aprovadas em reunião anterior não englobavam a Faculdade de Arquitetura, por as respetivas contas não terem ainda sido aprovadas pelo respetivo Conselho de Escola, e explicou que, ultrapassado esse problema, se tinham elaborado novas contas consolidadas da ULisboa agora com todas as escolas.

Submetido à votação, o balanço consolidado da ULisboa relativo a 2013 foi aprovado por unanimidade.

3 – Balanço do processo de construção da Universidade de Lisboa

Numa primeira intervenção, o Reitor sublinhou a ausência de perturbações no funcionamento regular de todas as atividades de ensino, de investigação e de transferência de conhecimento da Universidade, como consequência do processo de fusão das universidades, a reorganização dos serviços centrais e a produção dos regulamentos necessários para o trabalho da ULisboa. A este propósito referiu que dos regulamentos mais importantes para o funcionamento regular da universidade, falta concluir o regulamento do serviço dos docentes, o qual ainda está em fase de elaboração (a propósito, noticiou que a Universidade ganhou processo judicial relativo ao regulamento do serviço docente da antiga UTL). Apontou como próximas prioridades a uniformização do sistema de informação académica, administrativa e financeira, a revisão da oferta formativa de 3.º ciclo e a criação de colégios disciplinares em domínios científicos comuns a diversas escolas da ULisboa.

A conselheira Ana Nunes de Almeida chamou a atenção para a necessidade de reforçar a identidade do Conselho Geral e de ele ter uma participação mais ativa na prossecução da missão e na definição e implementação da estratégia da ULisboa. Sublinhou também a necessidade de cumprimento dos estatutos no que respeita à existência de uma unidade específica do sistema interno de garantia de qualidade e a conveniência de existir um observatório dos percursos dos estudantes.

O Reitor esclareceu que o Gabinete de Avaliação e Garantia de Qualidade já existe, tendo a sua atividade estado completamente absorvida no último ano com a avaliação de grande número de cursos da ULisboa pela A3ES. Ultrapassada esta fase, espera que o sistema interno de garantia da qualidade seja implementado com a colaboração do Conselho de Coordenação Universitária e do Conselho Geral. Em relação ao observatório dos percursos dos estudantes, sublinhou a necessidade de ele analisar não só as características da procura dos cursos da ULisboa, mas também a empregabilidade dos diplomados e a qualidade desta. Explicou que está em curso a implementação dos respetivos mecanismos, assinalando que espera resultados frutuosos da colaboração neste campo com associações de antigos alunos.

O conselheiro Rui Mendes lembrou uma iniciativa do CRUP para criação de indicadores comparáveis de empregabilidade, notando que eles têm de ser concebidos

para responderem em três planos: o político, o da gestão da universidade e o da informação pública aos interessados.

O conselheiro José Emílio Ribeiro chamou a atenção para a necessidade de o sistema de avaliação envolver componentes de autoavaliação e de avaliação por peritos externos, sempre com o objetivo fundamental de aperfeiçoar as estruturas e práticas existentes. Insistiu também na necessidade de ligação entre o Conselho Geral e os gabinetes de avaliação e garantia de qualidade e de análise dos percursos dos estudantes e empregabilidade dos diplomados.

O conselheiro Eduardo Paz Ferreira lamentou que nem todas as escolas estejam a aproveitar bem as oportunidades criadas pela fusão no que respeita à interdisciplinaridade e colaboração com outras unidades da ULisboa.

O Reitor sublinhou o excelente desempenho das redes interdisciplinares de saúde, da agricultura e do mar existentes na ULisboa, para além das perspetivas abertas pelos colégios interdisciplinares de Mente e Cérebro e de Alimentação, Agricultura e Florestas já criados. Reconheceu a necessidade de maior coordenação da oferta formativa e de mais fácil circulação dos estudantes entre as várias escolas da ULisboa, anunciando a propósito a iniciativa de resolução por parte da Reitoria dos obstáculos burocráticos a esta circulação resultantes de impasses sobre o pagamento dos custos de formação.

A conselheira Margarida Godinho reconheceu a importância dos colégios já criados na promoção da interdisciplinaridade, mas reiterou a necessidade de colégios disciplinares.

O Reitor recordou que os colégios poderão ser criados por concurso ou por iniciativa do Reitor. Explicou que entendeu conveniente que os primeiros fossem criados por concurso, decidindo o Reitor com base no parecer de um júri de aconselhamento. Manifestou intenção de promover dentro de algum tempo a criação de colégios disciplinares nos domínios da matemática, da física e da química.

O conselheiro José Emílio Ribeiro sublinhou a necessidade de o Conselho Geral dispor em tempo útil da informação indispensável para o seu trabalho e questionou o Reitor

sobre o destino a dar ao edifício do Complexo Interdisciplinar da Cidade Universitária e sobre a relação da Universidade com a Fundação Fraunhofer, que vai ocupar o espaço da respetiva biblioteca, que foi desativada e transferida para a Faculdade de Ciências.

O Reitor explicou o esvaziamento do edifício em questão pela vantagem de as atividades de investigação se instalarem sempre que possível junto das respetivas escolas e da biblioteca em particular pela mudança do papel das bibliotecas no trabalho de investigação em muitos domínios científicos pela generalização do acesso electrónico às revistas científicas. Explicou ainda que a instalação da Fundação Fraunhofer se fará com o objetivo de colaborar com a ULisboa na transferência de conhecimento na área da saúde, pagando em troca uma quantia que servirá para reabilitação do edifício. Este deverá servir para promover iniciativas de transferência de tecnologia e de incubação de empresas.

O conselheiro José Emílio Ribeiro defendeu a instalação no edifício em questão do Laboratório de Instrumentação e Partículas, atualmente instalado fora da universidade.

O conselheiro Rui Mendes suscitou a questão da importância relativa das imagens de marca da ULisboa e das escolas, tendo o Reitor afirmado que é sua convicção de que é uma questão de tempo que a primeira se imponha.

A Presidente suscitou a questão da indicação da afiliação pelos membros da ULisboa. A esse propósito, o conselheiro Carlos Mota Soares sublinhou a melhoria da situação em relação ao passado, notando, entretanto, que ainda há resistência em alguns grupos do IST, a qual está, porém, a descer.

O Reitor afirmou ter em preparação uma iniciativa sobre o assunto, envolvendo a introdução do fator publicação na distribuição interna do financiamento. Lamentou que não se perspetive que o mesmo aconteça a nível da distribuição do financiamento entre as universidades pelo governo.

A conselheira Maria do Carmo Fonseca defendeu a vantagem da colaboração com a Fundação Fraunhofer em termos de transferência de tecnologia no domínio da saúde. Ponderou ainda a questão da existência de uma incubadora de empresas a nível da

universidade ou de incubadoras a nível de escola, sublinhando a necessidade da proximidade física no caso da medicina.

O Reitor explicou que entende que a universidade deve criar condições para a incubação sempre que estas não existem nas Escolas, não tendo dúvidas que a melhor solução passa por ter grande proximidade entre os grupos de investigação, os laboratórios e as start-ups da Universidade. Disse ainda que defende a participação da Universidade, ou das Escolas, no capital das empresas incubadas, ainda que muito minoritariamente, como contrapartida dos recursos postos à disposição das empresas.

O conselheiro Miguel Tamen suscitou a questão da possibilidade de filiação simultânea de estudantes e docentes em mais de uma unidade orgânica da ULisboa. O conselheiro João Azevedo retomou a propósito o tema da circulação de estudantes e docentes. O Reitor sublinhou a importância prática para o efeito de um sistema de informação e gestão integrado, que assumiu uma vez mais como prioridade, e reconheceu a existência de dificuldades legais em relação à possibilidade de filiação simultânea de docentes em mais de uma unidade orgânica; afirmou, entretanto, que os obstáculos colocados por essas dificuldades à colaboração poderão e deverão ser ultrapassados.

O conselheiro Hugo Ferrão chamou a atenção para o facto de a circulação eficaz de estudantes precisar de adequação dos horários. Fez depois um balanço dos resultados da criação da ULisboa para a Faculdade de Belas Artes, sublinhando particularmente os problemas do espaço de trabalho e de articulação com outras áreas científicas.

O conselheiro João Bento lamentou a presença de poucos membros nesta reunião e o carácter pouco estruturado da discussão realizada, apontando para a necessidade de uma agenda estratégica e para a quantificação dos objetivos, no que foi apoiado pelo conselheiro João Azevedo.

O conselheiro João Cravinho observou que a empregabilidade dos diplomados é dificultada pela incapacidade de as empresas portuguesas assumirem uma posição e uma atitude competitivas no espaço global e que isso pode gerar pressão para ajustamento das universidades ao que existe, o que pode ser catastrófico para a própria sociedade portuguesa. Defendeu, por isso, a necessidade de metas que tenham

enquadramento na dinâmica desejável para a sociedade portuguesa, apesar do risco de criar sobrecompetência transitória. Chamou ainda a atenção para a necessidade de comunicação à opinião pública dos resultados da fusão.

A conselheira Isabel Sá Correia retomou os temas do sistema de garantia de qualidade, da renovação da oferta formativa e do sentimento de pertença à ULisboa, dando relevo à circulação de estudantes como objetivo estratégico, para o que é indispensável melhorar os procedimentos administrativos, e especialmente a disponibilidade de informação, e ao aproveitamento que entende dever fazer-se das avaliações da A3ES para a revisão da oferta formativa e dos relatórios da avaliação da FCT para a análise da organização da investigação, não obstante as deficiências de muitos relatórios e do processo de avaliação das unidades de investigação.

O Reitor afirmou que pretende realizar em maio uma sessão pública de apresentação do processo de fusão e chamou a atenção para o esforço em curso de divulgação da ULisboa no Brasil, onde é razoável esperar encontrar uma significativa procura por parte de estudantes de graduação e de pós-graduação. Lembrou também a excelente posição da ULisboa na ordenação de mérito no domínio da matemática a nível mundial.

Pelas 12.45, foi dada por encerrada a reunião, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada, tendo ainda a Presidente anunciado a convocação para o dia 19 de maio da próxima reunião, para a qual transitam os pontos da ordem de trabalhos que não foi possível tratar nesta reunião.



Leonor Beleza

Presidente do Conselho Geral



Professor Nuno Valério

